



1130  
m

**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Gabinete Desembargador **SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CÍVEL  
TIPO: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO  
PROCESSO Nº: 95.510-8/02  
AGRAVANTE(S): INEXPORT - IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA  
AGRAVADO(S): AÇUCAREIRA CORONA S/A  
RELATOR: Desembargador **SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

**EMENTA:** DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - AÇÃO RESCISÓRIA - ANTECIPAÇÃO DE TUTELA - AGRAVO REGIMENTAL PROVIDO - DECISÃO REFORMADA - ACLARATÓRIOS - ALEGAÇÃO DE CONTRADIÇÃO E ERRO MATERIAL - INEXISTÊNCIA - EMBARGOS REJEITADOS - DECISÃO UNÂNIME.

- O regramento da ação rescisória é taxativo e não exemplificativo, o que resulta em dizer que deve o ato ou fato estar elencado no art. 485, do Estatuto de Rito, não podendo o julgador ampliar o leque de hipóteses nem reduzi-lo;
- se não restar provada na rescisória a existência de qualquer dos vícios previstos no art. 485, do CPC, o protesto do título e/ou a execução do contrato, não pode ser obstada;
- não se configura erro material o recebimento de recurso denominado simplesmente de agravo como agravo regimental se a inicial aponta como regramento o Regimento Interno do Tribunal.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos dos Embargos de Declaração nº 95.510-8/02, tendo como Embargante **INEXPORT - IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA** e Embargado **AÇUCAREIRA CORONA S/A**, ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em rejeitar os Embargos de Declaração, nos exatos termos do voto do Relator.

Recife,

15/12/2009

Desembargador **SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO**  
Relator

12033  
w



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Gabinete Desembargador **SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CÍVEL  
TIPO: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO  
PROCESSO Nº: 95.510-8/02  
AGRAVANTE(S): INEXPORT - IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA  
AGRAVADO(S): AÇUCAREIRA CORONA S/A  
RELATOR: Desembargador **SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

**RELATÓRIO:**

Por meio dos presentes Embargos de Declaração e sob a alegação da existência de *contradição e erro material* no julgamento do Agravo Regimental que, dando provimento aquele recurso, reformou a decisão que concedeu a tutela antecipada em sede de Ação Rescisória, a embargante pede a anulação do julgamento e restauração da tutela protetional antes concedida (02/06).

Na síntese de seus argumentos, a embargante defende que a *contradição* está no fato de o acolhimento do Agravo Regimental ter se dado sob o argumento de que a concessão de tutela antecipada em ação rescisória só ocorre em situações excepcionais, como a possibilidade de ter havido no julgamento primário o 'cerceamento do direito de defesa', sendo esta a alegação posta na ação rescisória, pois esta se funda, em maior parte, na inobservância pelo juízo originário do devido processo legal, e do direito de produção de prova, o que redundaria necessariamente no cerceamento do direito de defesa.

Aponta que ao assinalar o cabimento de antecipação de tutela em questão nos casos de cerceamento de defesa, o *decisum* se contradiz, posto que a decisão revogada acolheu o fundamento de violação do direito de produção de prova técnica-pericial indeferida pelo juízo *a quo*.

No tocante ao *erro material*, afirma a embargante que aquele ocorreu quando do deferimento do processamento do recurso equivocadamente interposto pela empresa embargada, pela via do Agravo Regimental, quando incorreu a hipótese de fungibilidade recursal, vez que ao interpor recurso fundado no art. 545 do CPC, a embargada baseou-se em pressuposto processual inexistente.

Pede o provimento dos embargos declaratórios para o fim de sanar a *contradição* e/ou corrigir o erro material apontado, nulificando a decisão embargada para restaurar a liminar concedida.

É o relatório

Recife,

15/12/2008

Desembargador **SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Gabinete Desembargador **SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CÍVEL  
TIPO: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO  
PROCESSO Nº: 95.510-8/02  
AGRAVANTE(S): INEXPORT - IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA  
AGRAVADO(S): AÇUCAREIRA CORONA S/A  
RELATOR: Desembargador SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO

**VOTO:**

Abordo o primeiro ponto indicado na peça de ataque, onde a embargante vislumbra a existência de *contradição* no julgamento proferido no Agravo Regimental.

Segundo indica a embargante, a suposta contradição reside no fato desta Relatoria ter cassado a tutela antecipada concedida na Ação Rescisória tendo em vista que pautado no entendimento jurisprudencial de que *a concessão de tutela antecipada em ação rescisória só ocorre em situações excepcionálíssimas, como a possibilidade de ter havido no julgamento primário o 'cerceamento do direito de defesa'*, e sendo esta a alegação posta na ação rescisória, há, portanto, contradição no juízo formado quando do acolhimento do Agravo Regimental.

Pois bem, diferentemente do que expôs a embargante, esta Relatoria pautou a sua decisão apoiada em outra premissa para reformar o *decisum* desafiado pelo agravo regimental manejado pela AÇUCAREIRA CORONA S/A.

Transcrevo, na íntegra, o fundamento do voto proferido no Agravo Regimental:

(fls. 129, do AgReg nº 95.510-8/01):

*"É ressabido que só em casos excepcionais - e porque não dizer, excepcionálíssimos - pode o relator antecipar os efeitos da tutela definitiva em sede de ação rescisória e, mesmo nesses casos, é de bom alvitre perquirir sobre o verdadeiro cabimento da proteção excepcional, mas precisamente quando evidente na sentença rescindenda a existência de vício que macule o ordenamento jurídico e avilte o direito alheio.*

*Do mesmo modo, é sabido que o regramento da ação rescisória é taxativo e não exemplificativo, o que resulta em dizer que deve o ato ou fato estar elencado no art. 485, do Estatuto de Rito, não podendo o julgador ampliar o leque de hipóteses nem reduzi-lo.*



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Gabinete Desembargador **SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

O cerne da questão é saber se o fato exposto reclama a concessão da antecipação dos efeitos da tutela definitiva em sede de rescisória, já que, como já dito, tal proteção é excepcionalíssima.

Visualizo que o Eminent Desembargador Relator que concedeu a tutela, adotou o entendimento da existência de 'cerceamento de defesa' para justificar sua decisão e suspender os efeitos do protesto da cambial, tendo levado em consideração os efeitos danosos advindos da lavratura do protesto, o que reclamava um pronunciamento rápido e eficaz do órgão jurisdicional de segundo grau.

Todavia, entendo de modo diverso, eis que, em nossa ótica, não poderia a decisão atacada proibir o livre exercício do direito subjetivo público de ação, principalmente porque, a execução do contrato, estará sujeita a discussão em sede de embargos à execução.

Seguindo a trilha do raciocínio apresentada, voto pelo acolhimento do pedido formulado pela agravante, para dar provimento ao recurso e reformar a decisão atacada em toda sua extensão, permitindo a exigibilidade tanto da obrigação cambial quanto da contratual oriunda do 'contrato de compra e venda de álcool anidro e outros afins' e restaurar os efeitos do protesto da duplicata nº 74698-D, até o julgamento final da ação rescisória, devendo a distribuição proceder à retificação na autuação do recurso, passando este a constar como 'agravo regimental'." - (destaquei).

Pela exposição, vê-se, sem qualquer embaraço, que o voto condutor do julgamento primeiro amparou-se no fato de que o regramento da ação rescisória é taxativo e não exemplificativo, o que resulta em dizer que deve o ato ou fato estar elencado no art. 485, do Estatuto de Rito, não podendo o julgador ampliar o leque de hipóteses nem reduzi-lo.

O segundo ponto de apoio do voto condutor reside no fato de que não poderia a decisão atacada proibir o livre exercício do direito subjetivo de ação, ou seja, não restando provada a existência de qualquer dos vícios previstos no art. 485, do CPC, o protesto do título e/ou a execução do contrato, não pode ser obstada, respondendo a parte exequente pelos danos causados, no caso de ser vencido na ação rescisória.



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Gabinete Desembargador **SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

Eis as vigas de sustentação do voto proferido no Agravo Regimental.

Melhor sorte não socorre a embargante quanto a sua alegação de suposta ocorrência de *erro material*, ocasionado pelo deferimento do processamento do Recurso de Agravo como Agravo Regimental.

Como mencionado no preâmbulo do voto proferido no Agravo Regimental nº 95.510-8/01, o equívoco foi da **Distribuição quando da autuação do recurso**, uma vez que a peça de irresignação menciona '*agravo*', mas cita como regramento de fundamento o **Regimento Interno deste Tribunal**, não havendo dúvida que o recurso interposto foi mesmo o de Agravo Regimental.

Reforce-se, por oportuno, que o ora embargado não fez qualquer menção em seu agravo ao art. 545, do CPC, restringindo-se, como já dito, a indicar como fundamento de seu recurso o Regimento Interno do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

Por tais razões, inexistindo qualquer dos vícios apontados, **rejeito os Embargos de Declaração opostos.**

É como voto.

Recife,

15/12/2009

Desembargador **SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO**  
Relator